



Monitor ODS Pará

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 Tailândia



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Oswaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução..... 8

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza..... 9

1 – Evolução da Taxa de Pobreza..... 9

2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais..... 10

Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável..... 11

3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer..... 12

4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)..... 13

Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar..... 14

5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)..... 14

6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes..... 15

Objetivo 4 - Educação de Qualidade..... 17

7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes..... 17

8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet..... 18

Objetivo 5 - Igualdade de Gênero..... 19

9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros..... 19

10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres..... 20

Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento..... 22

11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto..... 22

12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita..... 23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
	13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24
	14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
	15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27
	16 – PIB per capita.....	28
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
	17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30
	18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
	19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
	20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34
	21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
	22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37
	23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
	24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
	25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
	26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43
	27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
	28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45
	29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
	30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48
	31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019- 2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2018-2022).....	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Tailândia x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023).....	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Tailândia x RI Tocantins x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores — governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas — e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamento

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do *Observatório ODS-FAPESPA*, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Tailândia (PA)**.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.

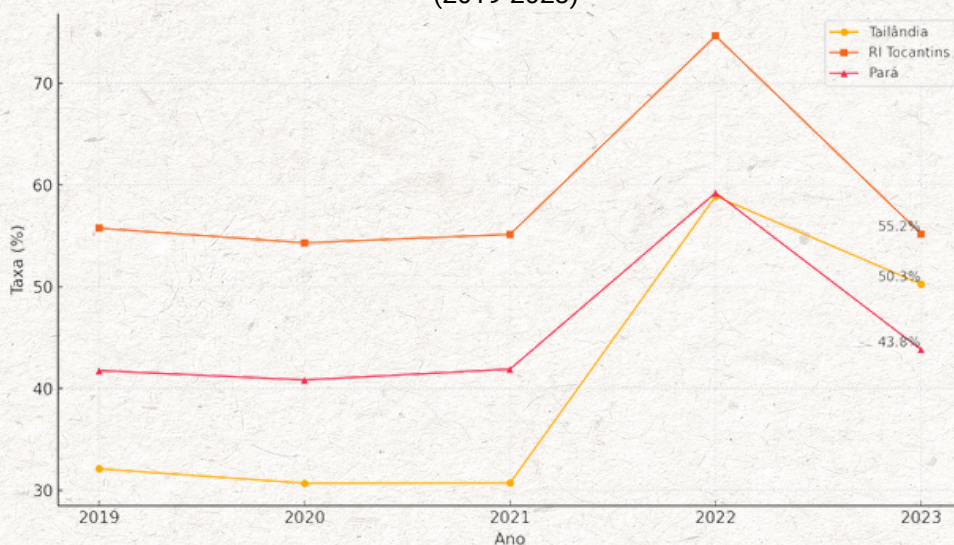


Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2021, a taxa de pobreza manteve relativa estabilidade em todos os níveis. Em Tailândia, os valores oscilaram ligeiramente em torno de 31%, enquanto na RI Tocantins e no Pará permaneceram acima de 50% e 40%, respectivamente. Essa estabilidade pode indicar uma relativa resiliência inicial a choques externos ou uma limitação de políticas públicas de impacto direto no curto prazo (Gráfico 1).

No entanto, em 2022, houve um salto significativo nos três recortes territoriais. Tailândia apresentou um aumento brusco de cerca de 31% para quase 59%, a RI Tocantins alcançou um pico alarmante de 74 %, e o Pará subiu para cerca de 59%. Este aumento generalizado pode estar relacionado aos efeitos socioeconômicos da pandemia de COVID-19, especialmente sobre populações mais vulneráveis, refletindo-se em ampliação da pobreza (Gráfico 1).

Gráfico1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em 2023, observou-se uma redução importante nas taxas de pobreza, embora os patamares ainda estejam elevados. Tailândia caiu para 50,3%, RI Tocantins para 55,2% e o Pará para 43,8%. Essa retração sugere uma possível recuperação econômica ou retomada de políticas de transferência de renda e proteção social, mas ainda demonstra um cenário crítico, sobretudo em Tailândia e na RI, que não retornaram aos níveis anteriores a 2022 (Gráfico 1).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

As despesas públicas com serviços essenciais em Tailândia apresentaram trajetória decrescente de 2019 (69,3%) até 2021 (63,1%), sinalizando uma possível redução relativa no investimento em áreas fundamentais como saúde, educação e saneamento. Na sequência, houve uma recuperação em 2022 (68%) e um forte avanço em 2023, atingindo 72,5%, o maior valor da série, sugerindo uma reorientação orçamentária para setores essenciais, possivelmente em resposta ao agravamento das

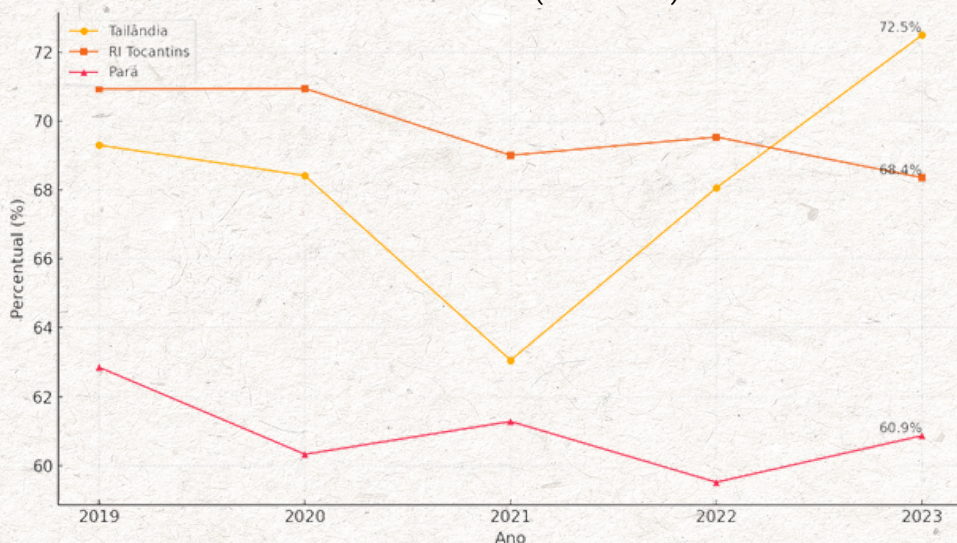
condições sociais no ano anterior (Gráfico 2).

Na RI Tocantins, a variação foi mais moderada. O percentual iniciou em 70,9% em 2019, caiu para 69,2% em 2021, e oscilou levemente nos anos seguintes, encerrando 2023 em 68,4%. A estabilidade relativa pode indicar consistência nas prioridades orçamentárias da região, embora sem expansão expressiva nos investimentos essenciais, o que pode limitar o alcance das políticas públicas de combate à pobreza (Gráfico 2).

Já no Estado do Pará, a tendência foi de queda leve e contínua, com exceção de uma leve recuperação em 2023 (60,9%). O índice caiu de 62,8% em 2019 para 59,3% em 2022. Essa retração no comprometimento com serviços essenciais, em paralelo ao aumento da pobreza em 2022, pode sugerir uma desconexão entre a alocação orçamentária e as necessidades sociais crescentes. A alta de 2023, ainda que tímida, aponta um possível esforço de correção (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 72,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 70%. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

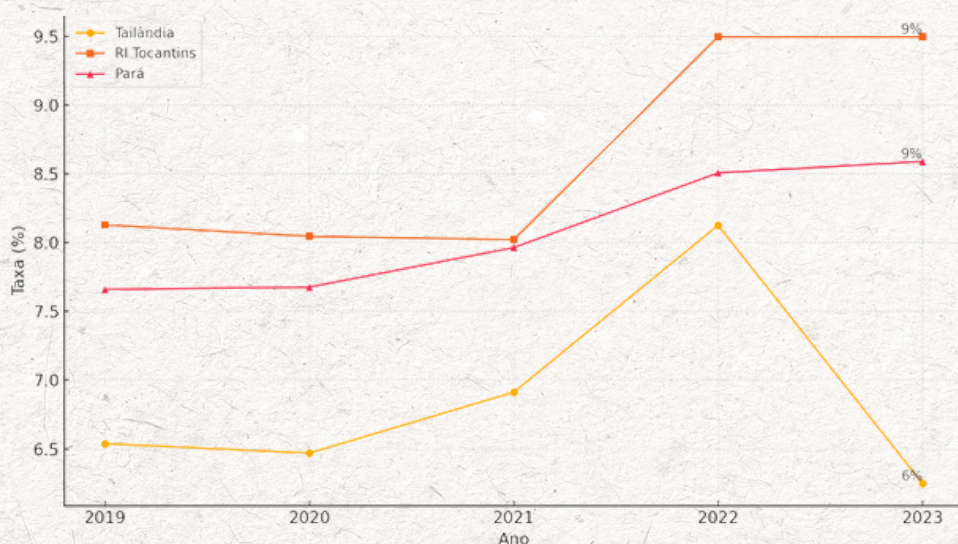
Em Tailândia, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer oscilou entre 6,4% e 8,1% no período analisado. Após um leve decréscimo de 2019 para 2020, houve uma elevação gradual até atingir o pico em 2022, sinalizando possíveis fragilidades nos cuidados materno-infantis ou agravamento das condições sociais no contexto da pandemia. No entanto, em 2023, observou-se uma expressiva melhora, com a taxa recuando para 6%, o menor valor da série, o que pode refletir intervenções bem-sucedidas

na atenção primária à saúde e nutrição (Gráfico 3).

Na Região de Integração Tocantins, o comportamento da série foi mais estável até 2021, em torno de 8%, mas a partir de 2022 houve um salto considerável para 9,5%, permanecendo nesse patamar em 2023. Essa elevação pode indicar déficits estruturais nos serviços de saúde regionalizados ou aumento da vulnerabilidade socioeconômica da população materna, exigindo resposta mais ampla do ponto de vista da política pública regional (Gráfico 3).

No Estado do Pará, o indicador iniciou em 7,7% em 2019, com crescimento contínuo ao longo do período, atingindo 9% em 2023. Esse crescimento, embora menos abrupto que o da RI Tocantins, revela uma tendência preocupante e persistente, sugerindo que, em escala estadual, ainda há desafios relevantes relacionados à qualidade da gestação e do parto, especialmente entre populações vulneráveis (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.



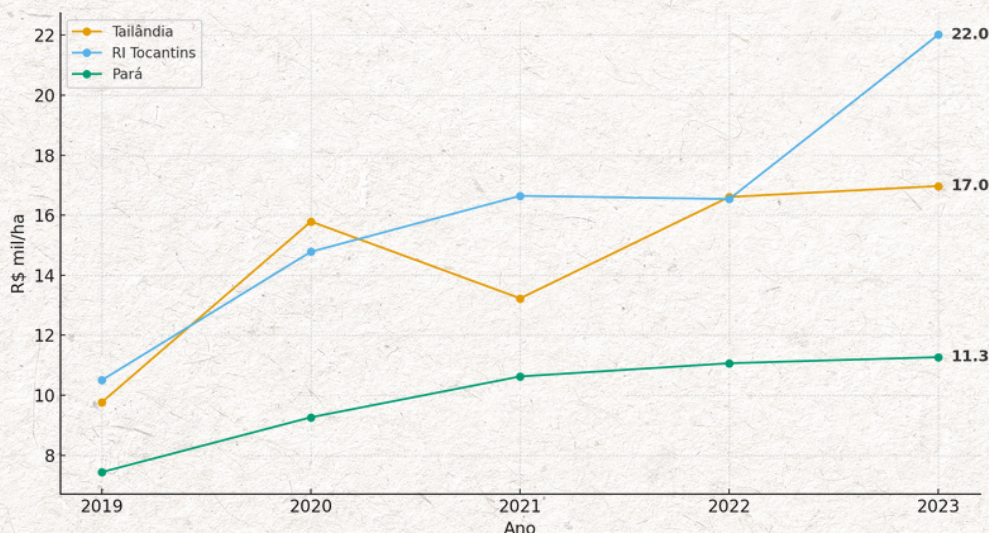
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

Em Tailândia, a produtividade agrícola evoluiu de R\$ 9,8 mil/ha em 2019 para R\$ 15,8 mil/ha em 2020, crescimento robusto de 61 %. O índice caiu para R\$ 13,3 mil/ha em 2021, recuperou-se para R\$ 16,7 mil/ha em 2022 e estabilizou em R\$ 17,0 mil/ha em 2023. O desempenho mostra tendência de crescimento moderado com breves recuos, sugerindo amadurecimento técnico e consolidação das práticas de manejo. O avanço acumulado no período foi de 73 %, bem acima da média estadual (Gráfico 4).

A produtividade de Tailândia acompanhou a tendência da RI Tocantins, que atingiu R\$ 22,0 mil/ha em 2023, refletindo sinergias regionais na estrutura de produção. Apesar de não alcançar o mesmo patamar da região, o município consolidou posição intermediária sólida, mantendo-se de forma contínua acima da média do Pará (R\$ 11,3 mil/ha). Esse comportamento revela estabilidade produtiva e crescimento sustentável, diferindo de Mocajuba, cuja trajetória foi mais irregular e sujeita a choques conjunturais (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 17 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

No município de Tailândia, a taxa de mortalidade infantil apresentou comportamento oscilante ao longo do período. Em 2019, registrava cerca de 15,1 mortes por mil nascidos vivos, com queda acentuada em 2020 para 12,6. A partir de 2021, no entanto, houve um aumento progressivo, atingindo 17,6 em 2022 e chegando a 18 em 2023. Esse crescimento pode estar associado a deficiências nos serviços de saúde infantil e pré-natal, bem como aos impactos sociais da pandemia que afetaram o acompanhamento de gestantes e recém-nascidos (Gráfico 5).

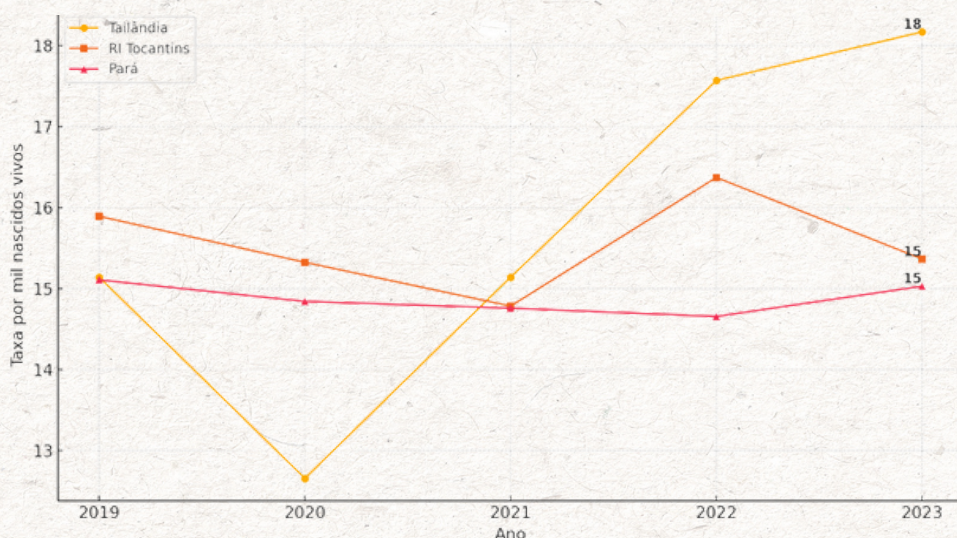
Na RI Tocantins, a taxa iniciou em 15,9 em 2019 e caiu gradualmente até 2021, atingindo o mínimo de 14,8. Em 2022, houve elevação para 16,4, seguida de uma nova queda para 15 em 2023. O padrão geral da região demonstra maior estabilidade em comparação ao município, embora o pico de 2022 possa indicar reflexo tardio dos efeitos da pandemia sobre a rede de atenção básica à saúde e à primeira infância (Gráfico 5).





O estado do Pará apresentou um comportamento relativamente estável ao longo do período. A taxa iniciou em 15,1 em 2019, com pequenas variações anuais e encerrando o período também com 15 em 2023. Essa constância, embora possa parecer positiva à primeira vista, indica que os avanços no enfrentamento da mortalidade infantil em escala estadual estagnaram, o que sinaliza a necessidade de reforço nas políticas de prevenção, principalmente em municípios de menor infraestrutura (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

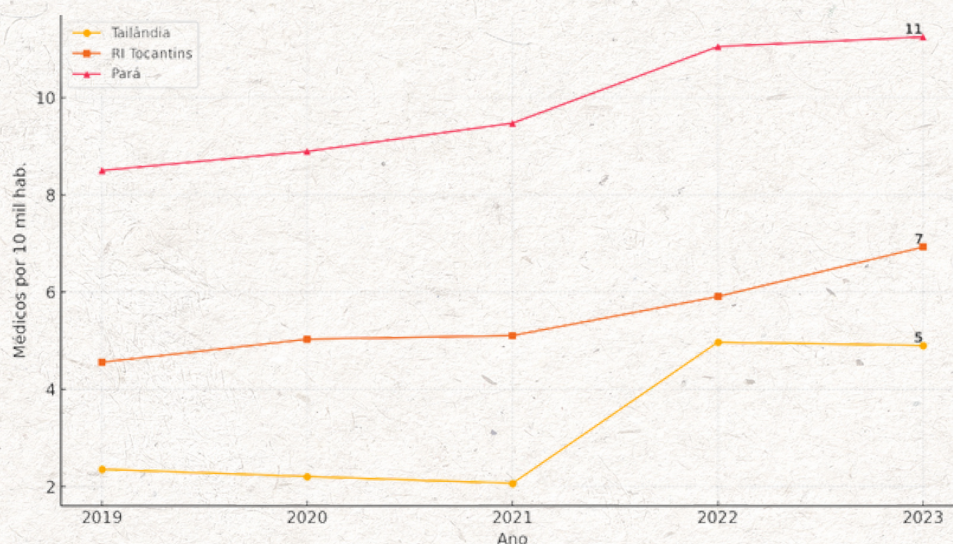
No município de Tailândia, o número de médicos por 10 mil habitantes manteve-se em patamar bastante baixo entre 2019 (2,4) e 2021 (2,0), evidenciando um quadro crítico de insuficiência de profissionais médicos. A partir de 2022, houve um salto significativo para 5,0 médicos por 10 mil habitantes, patamar que se manteve praticamente estável em 2023. Esse crescimento recente pode indicar ações específicas de contratação ou interiorização da saúde, embora o município ainda permaneça abaixo dos parâmetros ideais de cobertura recomendados pela OMS (Gráfico 6).

Na Região de Integração Tocantins, o crescimento foi contínuo e mais consistente. Partindo de 4,6 médicos por 10 mil habitantes em 2019, o número aumentou gradativamente até alcançar 7,0 em 2023. A elevação progressiva ao longo dos anos indica um processo de fortalecimento da capacidade médica regional, com possível reflexo em melhores condições de acesso à atenção básica e especializada. Ainda assim, os valores ainda são relativamente baixos para uma cobertura plena, especialmente em áreas rurais ou dispersas (Gráfico 6).



O Estado do Pará, por sua vez, registrou o maior patamar entre os três níveis analisados e também apresentou crescimento sustentado. O número de médicos subiu de 8,5 em 2019 para 11,0 em 2023, revelando uma tendência positiva na ampliação da força de trabalho médica estadual. Apesar do avanço, a distribuição desses profissionais permanece desigual, com provável concentração nas capitais e maiores centros urbanos, o que limita o impacto nas regiões mais remotas do estado, como é o caso de Tailândia e outros municípios do interior (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

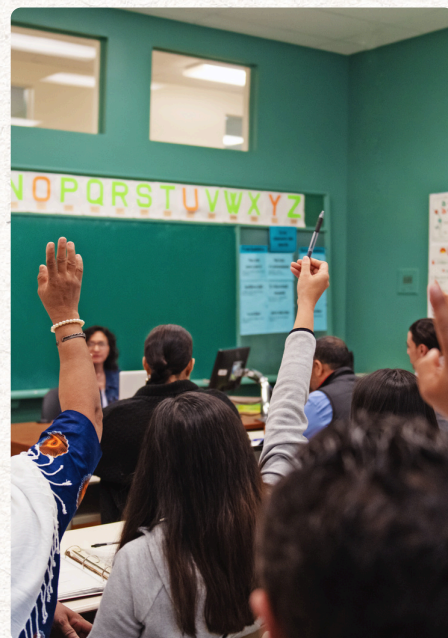
Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Em Tailândia, o número de vagas no ensino público por mil habitantes apresentou queda entre 2019 (186) e 2021 (178), sinalizando possível redução na capacidade de oferta ou retração da demanda. No entanto, em 2022, houve uma elevação abrupta para 267,9 vagas, o maior valor da série, indicando provável ampliação emergencial da rede educacional, possivelmente em resposta à defasagem escolar acumulada no período pandêmico. Em 2023, o indicador voltou a cair para 241, o que ainda representa um patamar superior ao do início da série, mas sugere que parte da expansão não se manteve (Gráfico 7).

Na RI Tocantins, o número de vagas manteve relativa estabilidade entre 2019 (244) e 2021 (237), seguido por leve aumento em 2022 (246) e posterior recuo em 2023 (219). Esse comportamento evidencia uma política regional mais equilibrada, sem grandes oscilações, embora com tendência de redução recente que pode comprometer a capacidade de absorção da população em idade escolar se não for revertida (Gráfico 7).

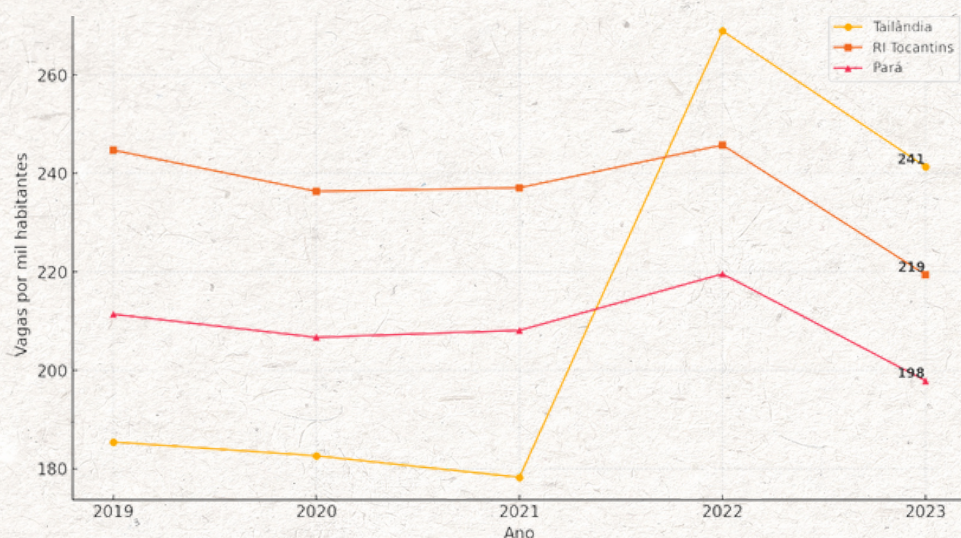
No estado do Pará, o comportamento foi semelhante ao da região: estabilidade inicial, com leve queda entre 2019 (211) e 2020 (207), pequena recuperação até 2022



(219,3), e posterior redução em 2023 para 198. Essa trajetória descendente ao final da série reforça a importância de medidas estruturais para garantir o acesso universal à educação básica, especialmente em áreas com maior densidade populacional e menores investimentos (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 241 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

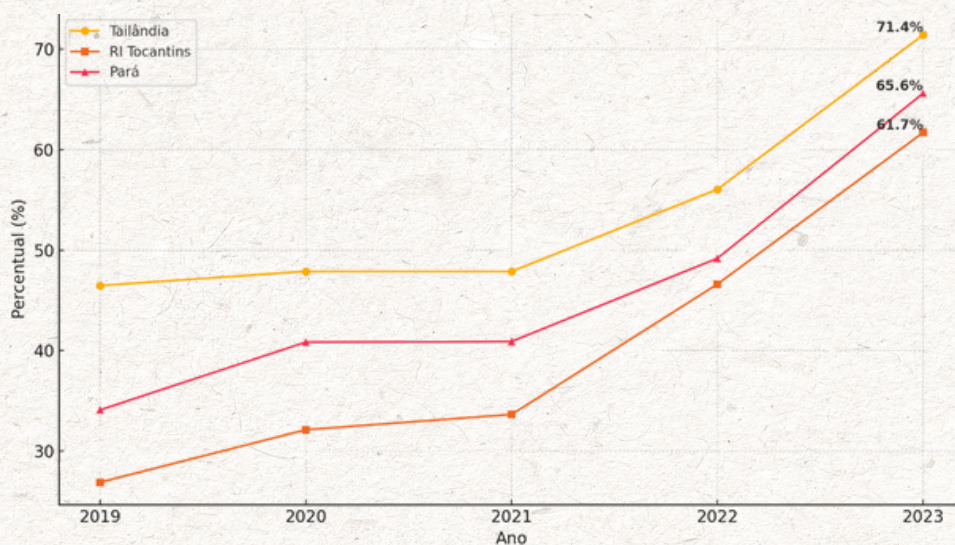
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Tailândia apresentou crescimento contínuo e expressivo no percentual de escolas com acesso à internet. Partindo de 46,6% em 2019, o indicador subiu de forma modesta até 2021 (47,9%), acelerando a partir de 2022 (56,2%) e alcançando 71,4% em 2023. Esse avanço pode estar associado a iniciativas de digitalização da rede pública de ensino, intensificadas pela necessidade de adaptação ao ensino remoto e híbrido no contexto da pandemia (Gráfico 8).

Na RI Tocantins, o avanço também foi notável, embora partindo de um patamar mais baixo. Em 2019, apenas 26,7% das escolas tinham acesso à internet. Esse índice cresceu de forma gradual até 2021 (33,8%), e mais aceleradamente nos dois anos seguintes, chegando a 61,7% em 2023. Ainda que abaixo de Tailândia, esse salto evidencia investimentos significativos em infraestrutura digital regional, refletindo maior priorização da conectividade educacional (Gráfico 8).

No Estado do Pará, a evolução também foi positiva: partiu de 34,3% em 2019 e alcançou 65,6% em 2023. O crescimento foi consistente ao longo do período, com destaque para o avanço entre 2021 (40,9%) e 2023. Apesar de ainda haver escolas desconectadas, o avanço percentual sinaliza um esforço estadual relevante em modernizar o ambiente escolar e reduzir a exclusão digital no sistema educacional (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 71,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Violência Contra a Mulher por Parceiros



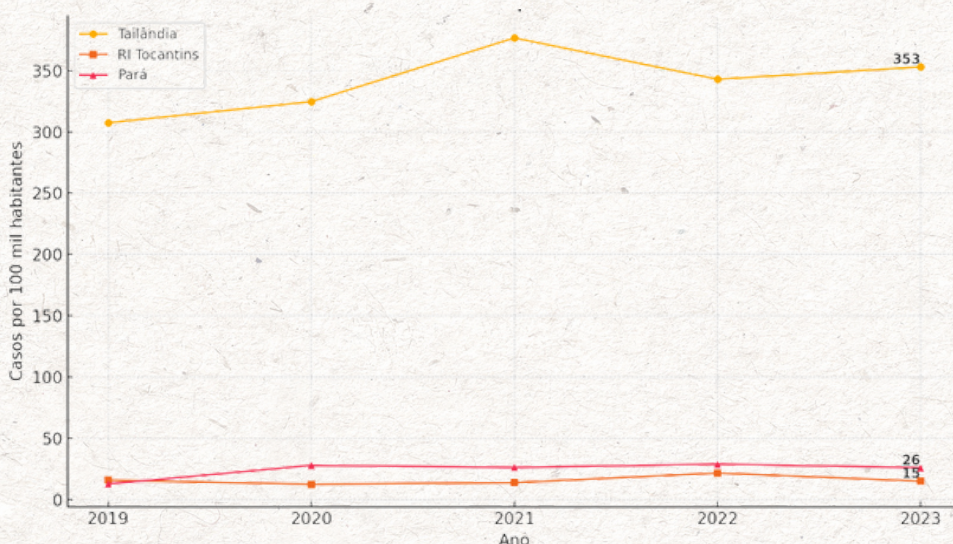
O município de Tailândia apresentou índices alarmantemente altos e crescentes de violência contra a mulher por parceiros entre 2019 e 2021. Os casos subiram de cerca de 308 para 375 por 100 mil habitantes, revelando um agravamento significativo do problema. Em 2022, houve um recuo para 344, seguido por um leve aumento em 2023, atingindo 353. Esses números, muito superiores à média estadual e regional, apontam para a urgência de políticas públicas locais específicas de enfrentamento à violência de gênero, com reforço nos serviços de proteção e acolhimento às vítimas (Gráfico 9).



Na RI Tocantins, os números são bem inferiores aos de Tailândia, variando entre 12 e 21 casos por 100 mil habitantes. Apesar dos baixos patamares, houve oscilação no período: após ligeira queda entre 2019 e 2021, observou-se um aumento em 2022, seguido de nova queda em 2023 (15). Esse comportamento instável pode sugerir subnotificação, mudanças nos registros ou variações na efetividade da rede de apoio às mulheres em situação de violência (Gráfico 9).

O Estado do Pará também apresentou números baixos comparativamente, com crescimento entre 2019 (16) e 2022 (27 casos por 100 mil habitantes), seguido de leve queda para 26 em 2023. Ainda que em patamares mais controlados que em Tailândia, o crescimento contínuo até 2022 pode refletir tanto o aumento real da violência quanto a ampliação do registro e da visibilidade das denúncias. O ligeiro recuo em 2023 não é suficiente para indicar uma reversão sólida da tendência (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 353 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

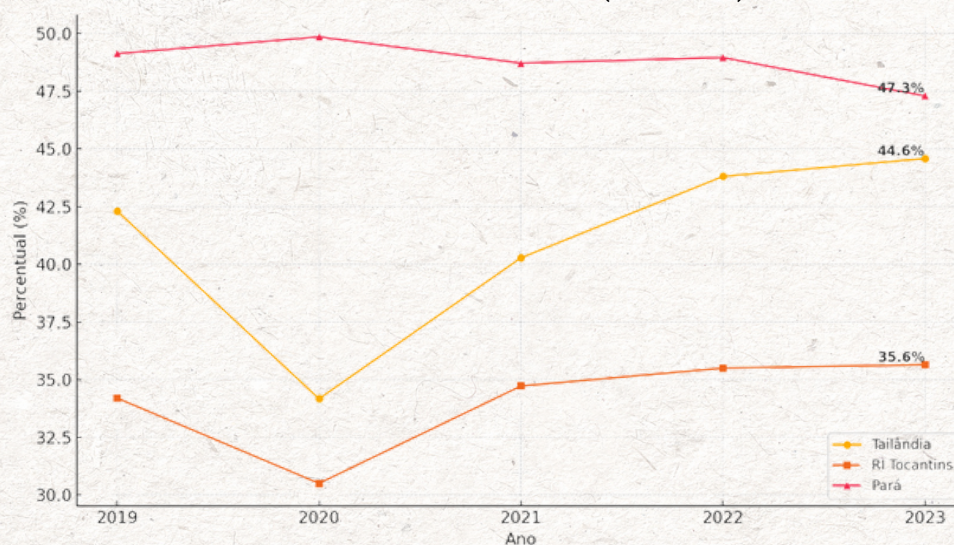
Em Tailândia, o percentual de mulheres em cargos gerenciais variou significativamente no período analisado. Em 2019, o índice era de 42,4%, caindo abruptamente para 34,1% em 2020, o que pode estar relacionado a retrocessos no mercado de trabalho decorrentes da pandemia. A partir de 2021, houve retomada progressiva, com o percentual crescendo para 44,6% em 2023. Isso sugere avanços recentes em igualdade de gênero no mercado de trabalho local, embora ainda existam oscilações que indicam vulnerabilidade a contextos externos (Gráfico 10).



Na RI Tocantins, o indicador também teve queda de 2019 (34,2%) para 2020 (30,4%), com recuperação gradual nos anos seguintes, atingindo 35,6% em 2023. O crescimento é mais tímido do que em Tailândia, mas demonstra tendência de avanço, ainda que com margem limitada. O dado sugere que há um esforço regional pela inclusão de mulheres em posições de liderança, embora com ritmo moderado e ainda abaixo da paridade (Gráfico 10).

No Estado do Pará, os percentuais foram consistentemente os mais elevados entre os três recortes. Partindo de 49% em 2019, o índice cresceu ligeiramente em 2020, estabilizou-se nos anos seguintes e encerrou 2023 com 47,3%. Apesar de um pequeno recuo no último ano, o estado mantém uma posição destacada em termos de representatividade feminina na gestão, indicando que as políticas e condições estruturais podem estar mais favoráveis à ascensão profissional das mulheres em nível estadual (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 44,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

No município de Tailândia, o indicador permaneceu em patamares extremamente baixos durante todo o período, variando entre 0,5% em 2019 e 1,1% em 2023, com discreta elevação entre 2021 e 2022. Apesar da leve melhoria, o dado demonstra que a população de baixa renda ainda está quase totalmente desassistida em relação ao serviço de coleta de esgoto, revelando uma grave deficiência na cobertura de saneamento básico para os mais vulneráveis (Gráfico 11).

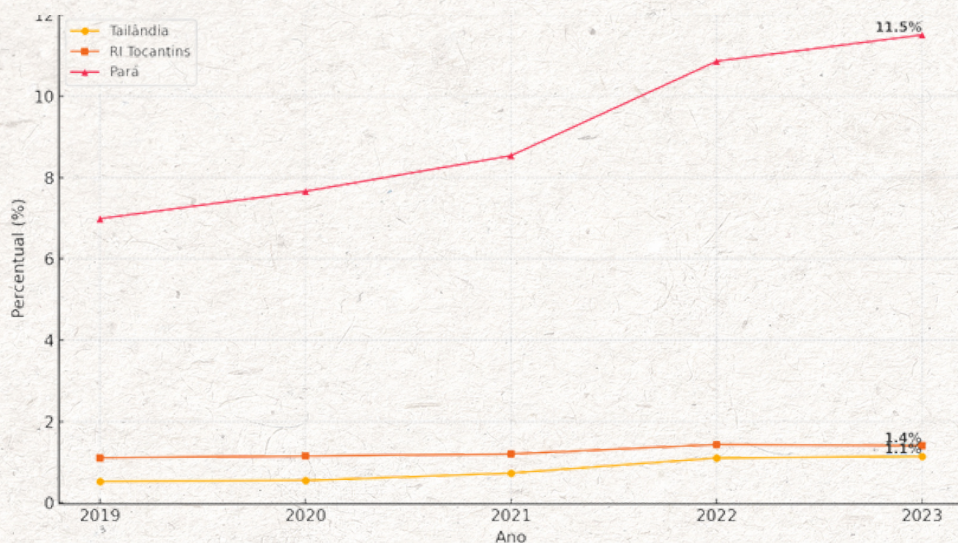
Na Região de Integração Tocantins, o comportamento foi igualmente estável e baixo, com variação em torno de 1,2% a 1,4% ao longo dos anos. A ausência de crescimento expressivo sugere um quadro de estagnação no avanço da infraestrutura de saneamento voltada à população de baixa renda, refletindo, possivelmente, limitações orçamentárias ou ausência de priorização regional nas políticas públicas (Gráfico 11).

O Estado do Pará apresentou situação comparativamente melhor, embora ainda aquém do ideal. O percentual subiu de 7% em 2019 para 11,5% em 2023, com maior aceleração entre 2021 e 2022. Esse crescimento pode refletir a ampliação de investimentos estaduais em áreas urbanas mais densas ou projetos específicos voltados à universalização do esgotamento sanitário, mas ainda permanece distante da cobertura necessária para ga-



rantir dignidade sanitária à população de baixa renda (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Em Tailândia, os valores de gasto municipal per capita com saneamento foram nulos ou desprezíveis em todos os anos analisados, indicando a inexistência de investimentos públicos significativos nesta área. Esse cenário pode explicar os baixíssimos índices de coleta de esgoto observados entre a população de baixa renda, revelando uma ausência concreta de políticas municipais de saneamento básico (Gráfico 12).

Na RI Tocantins, o investimento oscilou ao longo do período. Partiu de cerca de R\$ 27 por habitante em 2019, sofreu queda expressiva até 2021 (R\$ 12), e voltou a crescer nos anos seguintes, retomando o valor inicial em 2023. Essa variação indica instabili-

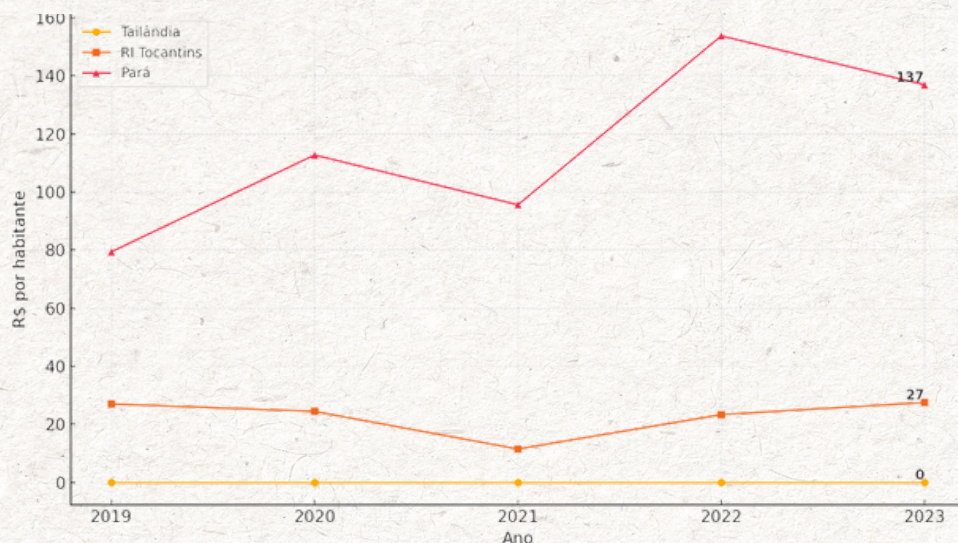
dade nos aportes regionais e uma possível reação tardia às deficiências acumuladas, o que compromete a continuidade e eficácia dos serviços de saneamento (Gráfico 12).

Já no Estado do Pará, os gastos per capita foram substancialmente mais altos em comparação às outras duas esferas. Houve crescimento expressivo entre 2019 (R\$ 80) e 2022 (R\$ 155), com leve redução em 2023 (R\$ 137). Ainda assim, os valores demonstram um esforço estadual contínuo de investimento em saneamento, o que se alinha com a elevação no percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto. Esse avanço, no entanto, precisa ser territorialmente mais bem distribuído, especi-

almente para alcançar municípios como Tailândia (Gráfico 12).



Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.



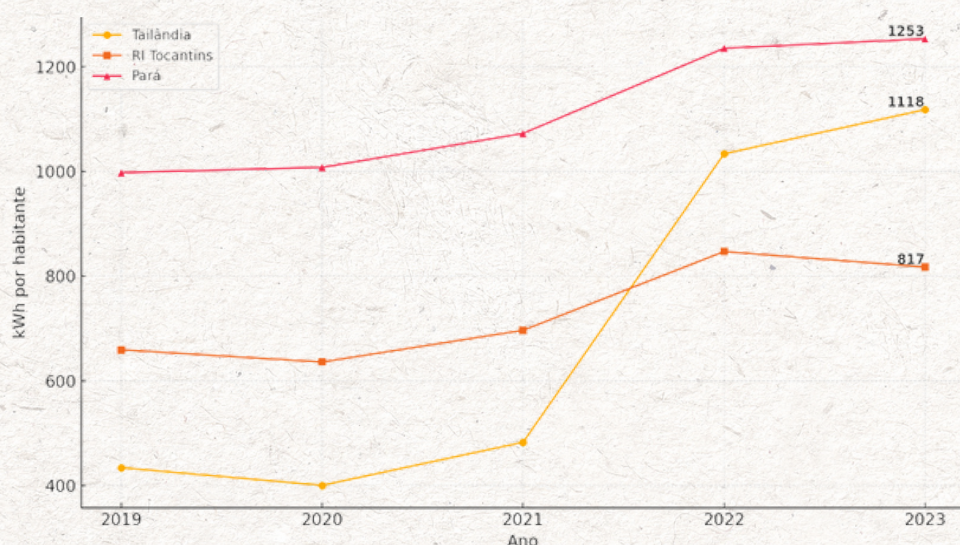
Em Tailândia, o consumo de energia elétrica per capita apresentou crescimento expressivo ao longo do período analisado. Após uma leve queda de 2019 (aproximadamente 435 kWh/hab.) para 2020 (cerca de 400), o indicador começou a subir fortemente a partir de 2021, atingindo 1.118 kWh/hab. em 2023. Esse aumento pode refletir a expansão do acesso à energia elétrica e o crescimento do consumo residencial e produtivo, sinalizando possível melhora nas condições de vida e desenvolvimento local (Gráfico 13).

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Na Região de Integração Tocantins, o consumo também cresceu, embora de forma mais moderada. Partindo de cerca de 665 kWh/hab. em 2019, houve uma leve queda em 2020 e uma recuperação gradual até 2022 (855), seguida de pequena retração em 2023 (817). A tendência geral é de crescimento, o que pode estar associado à ampliação de redes elétricas e ao aumento da demanda energética na região, embora com menor intensidade do que em Tailândia (Gráfico 13).

O Estado do Pará apresentou os maiores patamares de consumo entre os três recortes. O valor aumentou de 997 kWh/hab. em 2019 para 1.253 em 2023, com aceleração especialmente a partir de 2021. Esse avanço revela uma tendência de eletrificação em larga escala e pode estar relacionado tanto à urbanização quanto ao uso de energia em atividades econômicas e industriais. O crescimento sustentado reforça a necessidade de garantir infraestrutura energética compatível com a expansão da demanda (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1.118 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em Tailândia, o percentual de domicílios de baixa renda que utilizam iluminação por fontes fósseis apresentou queda constante ao longo do período, passando de 4,1% em 2019 para 3,4% em 2023. Embora a redução tenha sido gradual, ela indica avanços na inclusão energética dessa população, com provável substituição de fontes precárias por eletrificação regular. A melhora nesse indicador acompanha o aumento do consumo per capita observado no município (Gráfico 14).

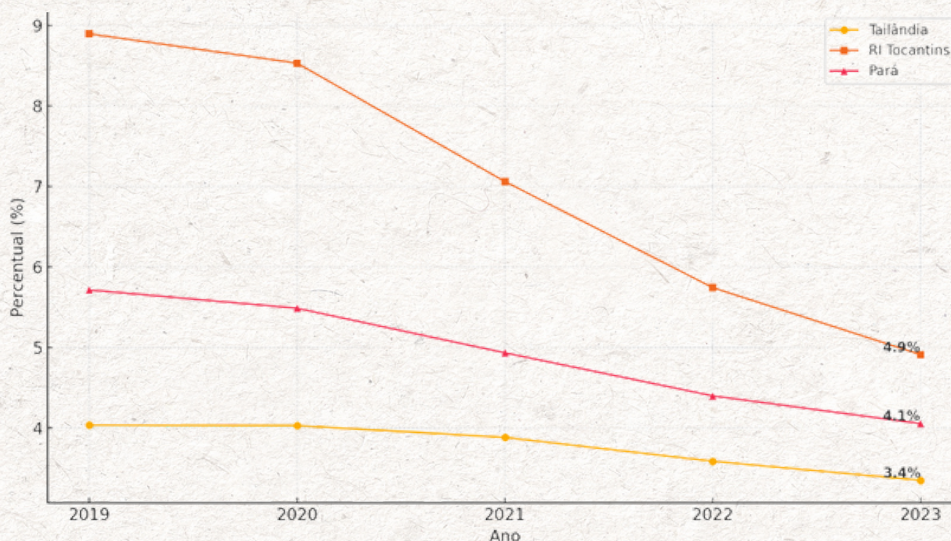


Na RI Tocantins, a queda foi mais significativa: de 8,9% em 2019 para 4,9% em 2023. A trajetória descendente revela avanços importantes na superação da pobreza energética, especialmente entre os grupos mais vulneráveis. A diminuição de mais de 4 pontos percentuais em cinco anos pode refletir políticas públicas regionais de expansão do acesso à energia elétrica e substituição de fontes como que-rosene e velas por eletricidade convencional (Gráfico 14).

No Estado do Pará, a redução foi igualmente consistente, embora menos acentuada: de 5,7% para 4,1% entre 2019 e 2023. A tendência revela um movimento de inclusão energética em nível estadual, ainda que com persistência de bolsões de exclusão. A combinação com o aumento do consumo per capita aponta para um progresso gradual, mas ainda insuficiente frente ao desafio da universalização do acesso à energia em áreas de baixa renda e regiões isoladas (Gráfico 14).



Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

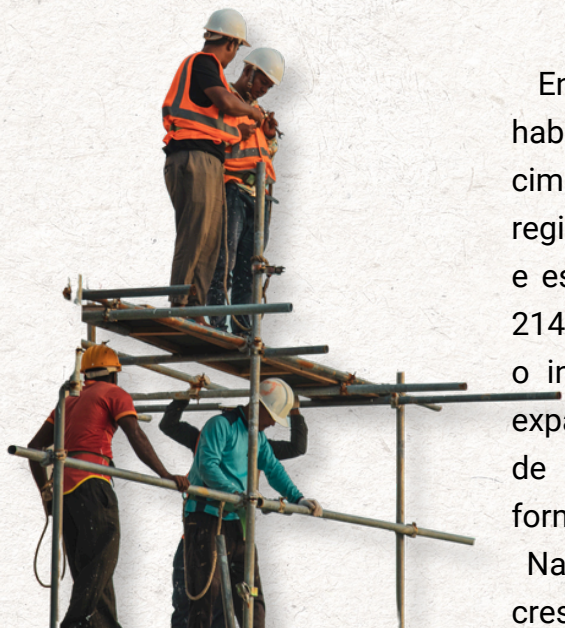
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



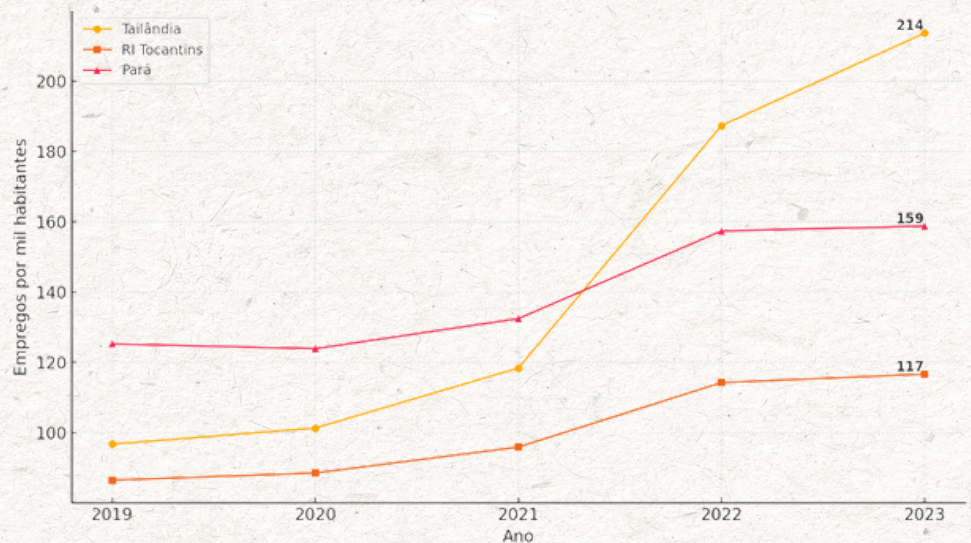
Empregos Formais por Mil Habitantes

Entre 2019 e 2023, o número de empregos formais por mil habitantes no município de Tailândia apresentou crescimento expressivo e consistente. Em 2019, o município registrava cerca de 97 empregos formais por mil habitantes, e esse número praticamente dobrou até 2023, alcançando 214. A principal inflexão ocorreu entre 2021 e 2022, quando o indicador saltou de 119 para 187, o que pode indicar expansão significativa de setores produtivos locais, atração de novos empreendimentos ou políticas ativas de formalização do trabalho (Gráfico 15).

Na Região de Integração Tocantins, o indicador também cresceu, mas em ritmo mais gradual. Iniciando com 86 empregos formais por mil habitantes em 2019, atingiu 117

No estado do Pará, a evolução foi mais modesta, com o indicador partindo de 126 em 2019 para 159 em 2023. A estabilidade nos dois primeiros anos foi seguida de crescimento mais visível a partir de 2021, acompanhando tendências econômicas nacionais de recuperação pós-pandemia. Embora o estado mantenha os melhores patamares absolutos entre os três recortes até 2021, Tailândia ultrapassou tanto a RI quanto o estado em 2022, consolidando sua liderança relativa na geração de empregos formais per capita no período (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 214 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

PIB per capita

O município de Tailândia apresentou um crescimento contínuo no PIB per capita entre 2018 e 2022. Partindo de cerca de R\$ 8.800 em 2018, o indicador manteve uma trajetória ascendente moderada até 2021, quando atingiu R\$ 11.800, e saltou significativamente em 2022 para R\$ 18.401. Esse aumento expressivo no último ano pode estar relacionado ao fortalecimento de atividades produtivas locais, sobretudo na agroindústria e na indústria de base florestal,



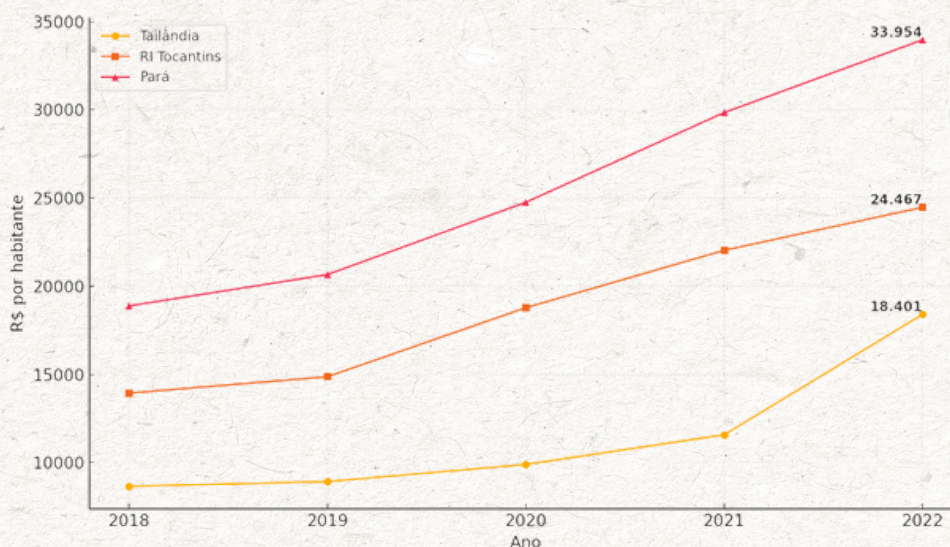
ou a ganhos extraordinários de produtividade em setores específicos (Gráfico 16).

Na RI Tocantins, o crescimento do PIB per capita também foi constante, passando

de aproximadamente R\$ 13.900 em 2018 para R\$ 24.467 em 2022. O ritmo de crescimento foi mais linear e menos abrupto do que o observado em Tailândia, o que indica uma expansão econômica regional mais equilibrada. Essa performance pode refletir maior diversidade econômica entre os municípios da região e a presença de polos intermediários com capacidade de gerar renda de forma contínua (Gráfico 16).



Gráfico16 - PIB per capita, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 18.401/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiente.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.

Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



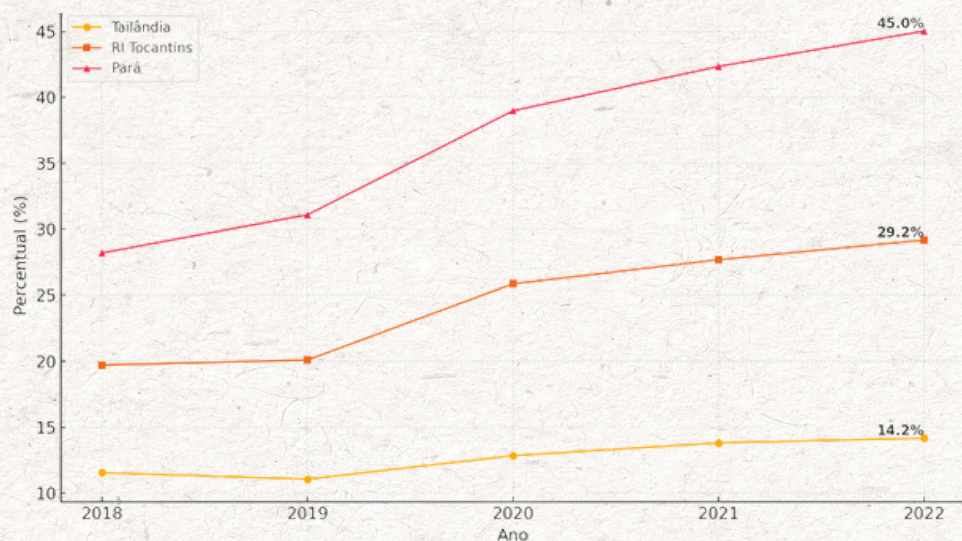
Em Tailândia, o percentual do PIB representado pela indústria variou pouco entre 2018 e 2022, saindo de 11,4% e chegando a 14,2%. Apesar de modesto, o crescimento aponta para um fortalecimento relativo da atividade industrial local, embora ainda mantenha participação inferior à média estadual e regional. Esse cenário pode indicar uma economia ainda centrada em setores como comércio e serviços, com dependência limitada da atividade industrial como motor econômico (Gráfico 17).

Na RI Tocantins, a participação da indústria no PIB foi consideravelmente maior e cresceu de forma mais expressiva, saindo de 19,7% em 2018 para 29,2% em 2022. O salto mais relevante ocorreu entre 2019 e 2020, sugerindo investimentos em infraestrutura ou a instalação de novas plantas industriais. Esse aumento reforça o papel da indústria como componente estruturante da economia regional, sobretudo nos setores de transformação e energia (Gráfico 17).

O Estado do Pará apresentou a mais alta participação da indústria em seu PIB, saltando de 28,2% em 2018 para 45% em 2022. Essa elevação está diretamente relacionada ao crescimento da indústria extrativa, especialmente da mineração. O dado reflete o perfil econômico fortemente concentrado nesse setor, que responde por grande parte da geração de riqueza estadual. No entanto, também impõe desafios à diversificação econômica e à interiorização dos ganhos de desenvolvimento (Gráfico 17).



Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Tailândia x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Tailândia apresentou uma evolução significativa no número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes. O indicador partiu de um patamar baixo, com 6,3 profissionais em 2019 e 2020, mas cresceu de forma acelerada nos anos seguintes, alcançando 23 profissionais por 100 mil habitantes em 2023. Esse avanço expressivo pode estar relacionado ao fortaleci-



mento de políticas locais de incentivo à ciência, tecnologia e inovação, à interiorização de universidades ou institutos de pesquisa, ou ainda à formalização de vínculos em setores técnico-científicos (Gráfico 18).

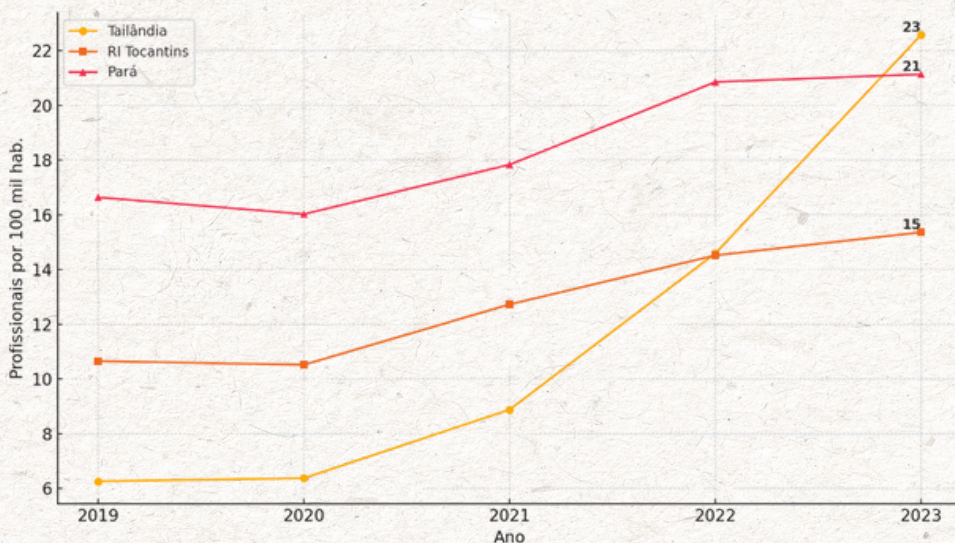
Na Região de Integração Tocantins, o crescimento também foi positivo, embora em

em ritmo mais moderado. O número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes subiu de 10,7 em 2019 para 15 em 2023, com progressão relativamente estável. Isso sugere um fortalecimento contínuo da presença científica regional, ainda que sem saltos abruptos. O dado reflete possivelmente a consolidação de estruturas regionais de ensino e pesquisa, com destaque para polos técnicos ou universidades com presença mais prolongada (Gráfico 18).

O Estado do Pará manteve os maiores patamares ao longo do período, saindo de 16,6 profissionais por 100 mil habitantes em 2019 para 21 em 2023. O crescimento foi mais acentuado entre 2020 e 2022,



Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

o que pode refletir políticas estaduais voltadas à valorização de pesquisadores, expansão de programas de pós-graduação ou ampliação da rede de ciência e tecnologia. Apesar de ainda manter a liderança em valores absolutos, o ritmo de crescimento foi superado por Tailândia, indicando que o município passou a se destacar na formação ou atração de capital humano científico em um contexto estadual mais amplo (Gráfico 18).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 23 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS 10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



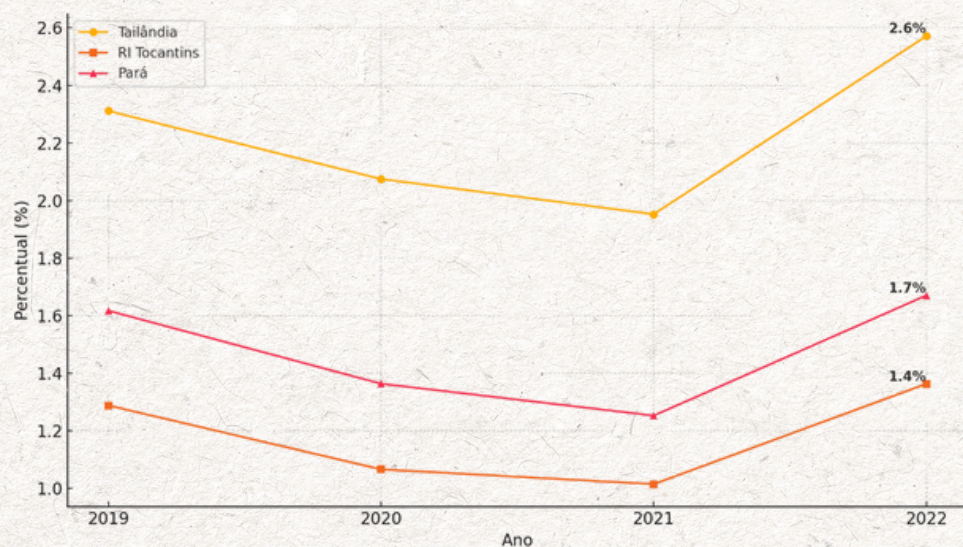
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

Entre 2019 e 2021, o município de Tailândia apresentou uma queda gradual na massa salarial dos vínculos formais como proporção do PIB, partindo de 2,3% em 2019 para 1,96% em 2021. Essa redução indica que, apesar da possível geração de empregos, o peso da remuneração formal dentro da economia municipal vinha se reduzindo, o que pode refletir tanto a ampliação de setores de baixa remuneração quanto o crescimento de outras parcelas do PIB, como a produção agroindustrial ou extrativa, que nem sempre se traduzem em massa salarial elevada (Gráfico 19).

Em 2022, Tailândia registrou uma reversão significativa dessa tendência, atingindo 2,6% – o maior valor da série. Esse salto pode estar relacionado ao fortalecimento do mercado formal de trabalho, aumento dos salários médios ou expansão de setores empregadores com maior peso na remuneração, como serviços públicos, indústria e comércio formalizado. O dado sugere uma recuperação expressiva do papel da renda do trabalho formal na economia local, o que pode indicar maior dinamismo socioeconômico com ganhos de qualidade no emprego (Gráfico 19).

Na Região de Integração Tocantins e no Estado do Pará, o comportamento foi semelhante, com queda nos percentuais entre 2019 e 2021, seguida de recuperação em 2022. Na RI Tocantins, a massa salarial caiu de 1,29% para 1,01%, e subiu para 1,4% em 2022. Já no estado do Pará, o índice caiu de 1,61% para 1,26%, antes de subir para 1,7%. Embora a recuperação tenha sido generalizada, os patamares observados ainda revelam que a massa salarial formal representa uma parcela modesta do PIB regional, sugerindo persistência de informalidade e concentração da renda em setores com baixa absorção de mão de obra (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2022)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

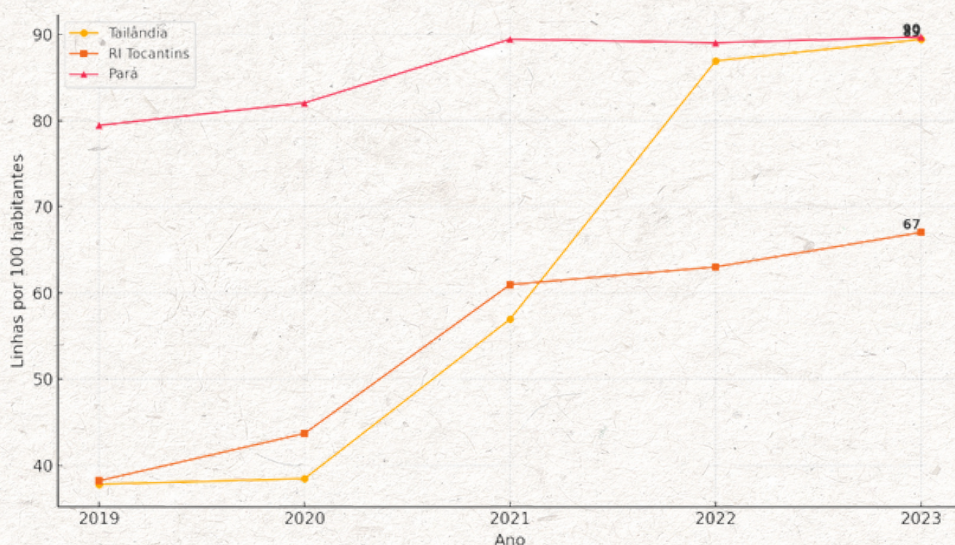
Acesso à Telefonia Móvel

Em Tailândia, o acesso à telefonia móvel cresceu de forma significativa entre 2019 e 2023. O indicador partiu de 37,5 linhas por 100 habitantes em 2019, manteve-se estável em 2020 e, a partir de 2021, apresentou um salto expressivo, atingindo 89,6 em 2023. Esse avanço pode refletir a ampliação da infraestrutura de telecomunicações no município, a popularização de planos móveis acessíveis e a crescente digitalização de serviços que dependem da conectividade móvel, como bancos, educação e comércio eletrônico (Gráfico 20).

Na Região de Integração Tocantins, o crescimento também foi constante, mas mais moderado. O número de linhas móveis por 100 habitantes passou de 38,3 em 2019 para 67,1 em 2023, com elevações graduais a cada ano. O comportamento revela uma tendência de expansão regular do acesso, possivelmente impulsionada por investimentos regionais em cobertura de sinal, embora em ritmo inferior ao de Tailândia, que ultrapassou os demais recortes no período final (Gráfico 20).



Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

O Estado do Pará apresentou os maiores valores absolutos em quase toda a série, partindo de 79,6 em 2019 e chegando a 89,7 em 2023, com crescimento mais expressivo entre 2020 e 2021. A estabilização do índice em torno de 89 a partir de 2021 indica um ponto de saturação próximo à média nacional. Esse alto nível de cobertura revela que o estado consolidou um ambiente de conectividade móvel mais amplo, ainda que haja desafios persistentes em áreas rurais ou isoladas (Gráfico 20).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 89 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

No município de Tailândia, os gastos públicos per capita com cultura e gestão ambiental oscilaram significativamente no período analisado. O valor inicial, de R\$ 50 em 2019, cresceu para R\$ 65 em 2020, sofreu leve queda em 2021 (R\$ 56), e saltou para um pico de R\$ 111 em 2022, antes de recuar para R\$ 89 em 2023. Essa trajetória sugere variações na priorização orçamentária municipal, com ênfase em 2022 que pode ter sido motivada por projetos pontuais, festividades retomadas no pós-pandemia ou investimentos em políticas ambientais mais robustas (Gráfico 21).

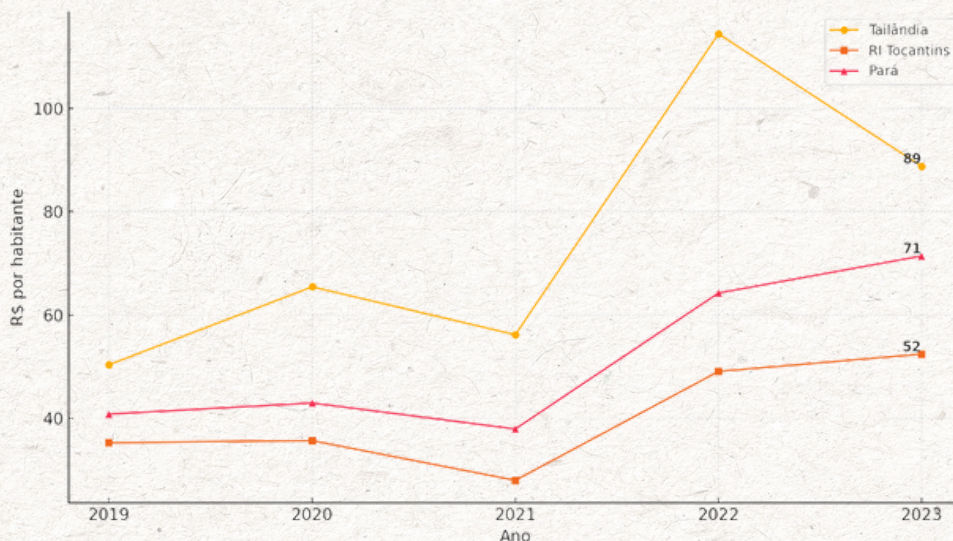
Na RI Tocantins, os valores foram mais baixos e relativamente estáveis. A despesa per capita ficou em torno de R\$ 35 entre 2019 e 2020, caiu para R\$ 27 em 2021 e subiu para R\$ 52 em 2023. O padrão revela uma limitação orçamentária crônica ou menor priorização regional desses setores, ainda que a alta em 2022 e 2023 indique um esforço recente de recuperação. A recuperação pode estar associada ao fortalecimento de políticas culturais descentralizadas ou à necessidade de responder a pressões ambientais locais (Gráfico 21).

O Estado do Pará, por sua

vez, manteve valores intermediários, com leve crescimento entre 2019 (R\$ 41) e 2020 (R\$ 43), queda em 2021 (R\$ 38), e crescimento mais acelerado nos dois anos seguintes, encerrando 2023 com R\$ 71 por habitante. A elevação recente pode indicar maior comprometimento estadual com a pauta ambiental, em resposta à pressão nacional e internacional sobre desmatamento, e com o fomento cultural em municípios após o período pandêmico. Ainda assim, os valores demonstram que o espaço fiscal destinado a essas áreas continua restrito (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



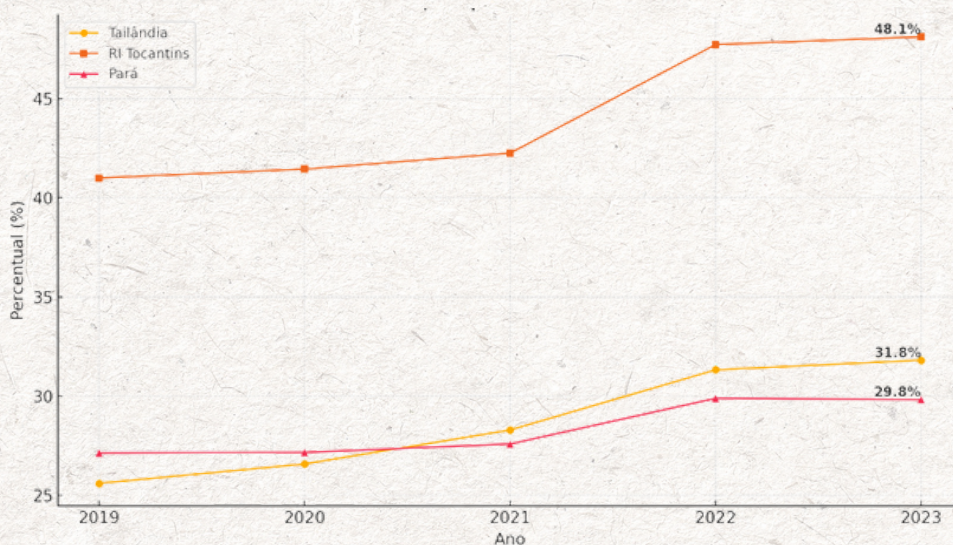
Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Tailândia, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo apresentou crescimento ao longo do período de 2019 a 2023. O indicador partiu de 25,6% em 2019, avançou de forma constante e atingiu 31,8% em 2023. Esse aumento revela deficiências na cobertura e efetividade dos serviços de coleta de resíduos sólidos, especialmente nas áreas mais vulneráveis, refletindo um cenário de exclusão ambiental com potenciais impactos à saúde pública e ao meio ambiente (Gráfico 22).

Na Região de Integração Tocantins, a situação é ainda mais crítica. O percentual já era elevado em 2019 (40,9%) e subiu até alcançar 48,1% em 2023. O crescimento acentuado, especialmente a partir de 2021, indica agravamento nas condições de destinação adequada do lixo entre os mais pobres. Esse cenário pode estar associado a fatores como expansão urbana desordenada, ausência de investimentos regionais em infraestrutura sanitária e baixa eficácia na implementação de políticas de manejo de resíduos sólidos (Gráfico 22).

O Estado do Pará apresentou desempenho intermediário, com valores abaixo dos da RI, mas ainda preocupantes. O indicador passou de 27,1% em 2019 para 29,8% em 2023. Embora o aumento tenha sido mais contido, a persistência de níveis altos evidencia desafios estruturais na inclusão da população de baixa renda nos sistemas públicos de coleta regular de lixo. A estagnação entre 2022 e 2023 sugere a necessidade de ações mais incisivas para reduzir práticas inadequadas e ampliar a cobertura dos serviços de limpeza urbana (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

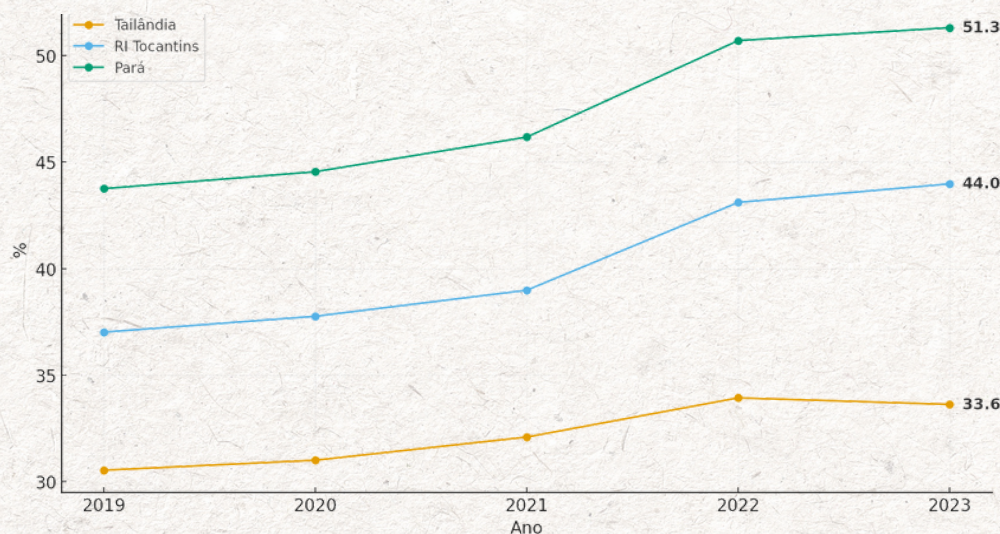
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 31,8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

População de Baixa Renda com fossa rudimentar

Tailândia apresentou melhora moderada no indicador, embora com pequenas oscilações. Em 2019, 30,5% da população de baixa renda utilizava fossa rudimentar, número que subiu levemente para 31,0% em 2020 e 31,8% em 2021. Em 2022 o índice atingiu 33,9%, recuando ligeiramente para 33,6% em 2023. A variação líquida positiva de cerca de três pontos percentuais indica agravamento discreto da precariedade sanitária, acompanhando, em parte, a tendência estadual de crescimento do problema, embora em intensidade menor (Gráfico 23).

No contexto comparativo, Tailândia apresenta desempenho melhor que a média da RI Tocantins (44,0%) e do estado (51,3%), mantendo-se como um dos municípios com menor proporção de fossas rudimentares entre famílias de baixa renda. Essa posição favorável reflete possível concentração urbana maior e programas locais de saneamento básico mais eficazes. Contudo, o avanço do indicador entre 2020 e 2022 acende alerta sobre pressões populacionais ou falhas na manutenção das redes existentes, o que requer atenção de gestão pública (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 33,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



Em Tailândia, os gastos per capita com prevenção de desastres apresentaram um crescimento significativo entre 2019 e 2022, saltando de aproximadamente R\$ 260 para um pico de R\$ 523. Essa elevação expressiva pode ter sido motivada por investimentos em infraestrutura resiliente, reforço de defesas civis ou resposta a eventos climáticos extremos. No entanto, em 2023 observou-se uma queda para R\$ 397, o que pode indicar redirecionamento orçamentário ou conclusão de projetos pontuais, embora o patamar ainda per-

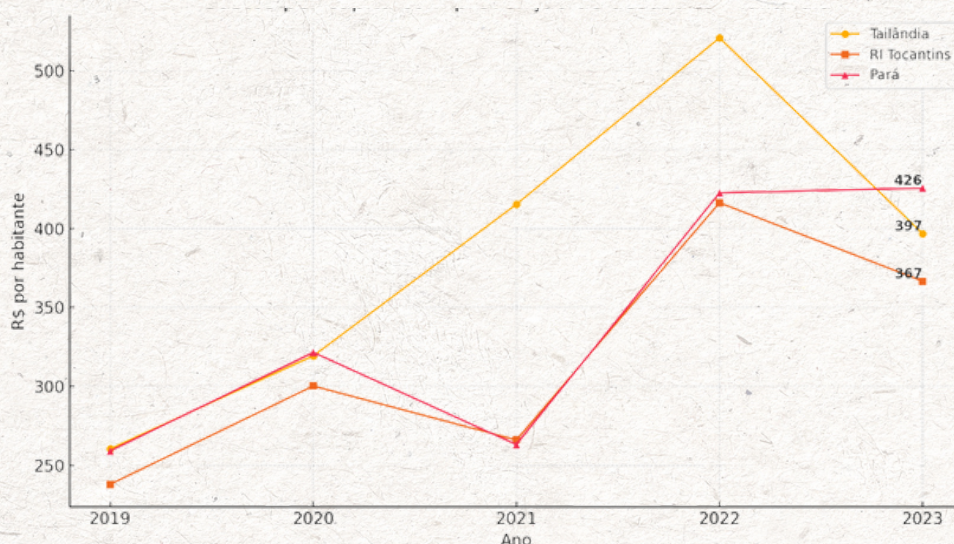
maneja acima dos níveis iniciais (Gráfico 24).

Na Região de Integração Tocantins, o indicador também seguiu trajetória de crescimento, ainda que em patamares mais baixos. Os valores partiram de cerca de R\$ 235 em 2019, subiram para R\$ 300 em 2020, e alcançaram R\$ 397 em 2022, antes de recuar para R\$ 367 em 2023. A elevação progressiva pode estar relacionada à ampliação de ações regionais de mapeamento de riscos e prevenção de enchentes, deslizamentos ou estiagens, embora a redução

no último ano mereça atenção quanto à sustentabilidade dos investimentos (Gráfico 24).

No Estado do Pará, o comportamento foi semelhante: os gastos cresceram de forma acentuada entre 2021 e 2022, saindo de R\$ 266 para R\$ 426, mantendo-se praticamente estáveis em 2023. Esse padrão sugere que o estado adotou medidas mais robustas de prevenção no pós-pandemia, possivelmente impulsionado por pressões ambientais e riscos climáticos mais frequentes. A estabilização em patamar elevado indica consolidação de políticas públicas na área, embora haja disparidades entre regiões (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 397/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Fonte: CADUNICO.



ODS 14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

O município de Tailândia manteve níveis muito baixos de despesa per capita com preservação aquática ao longo do período analisado. Os valores oscilaram entre R\$ 3 e R\$ 11 de 2019 a 2022, com leve aumento para R\$ 29 em 2023. Apesar do crescimento recente, o investimento continua bastante limitado, o que sugere ausência de políticas estruturadas voltadas à proteção de recursos hídricos locais, essenciais para segurança hídrica, saúde pública e biodiversidade (Gráfico 25).

Na RI Tocantins, os investimentos nesse setor foram substancialmente maiores, variando entre R\$ 614 em 2019 e R\$ 876 em 2023, com picos

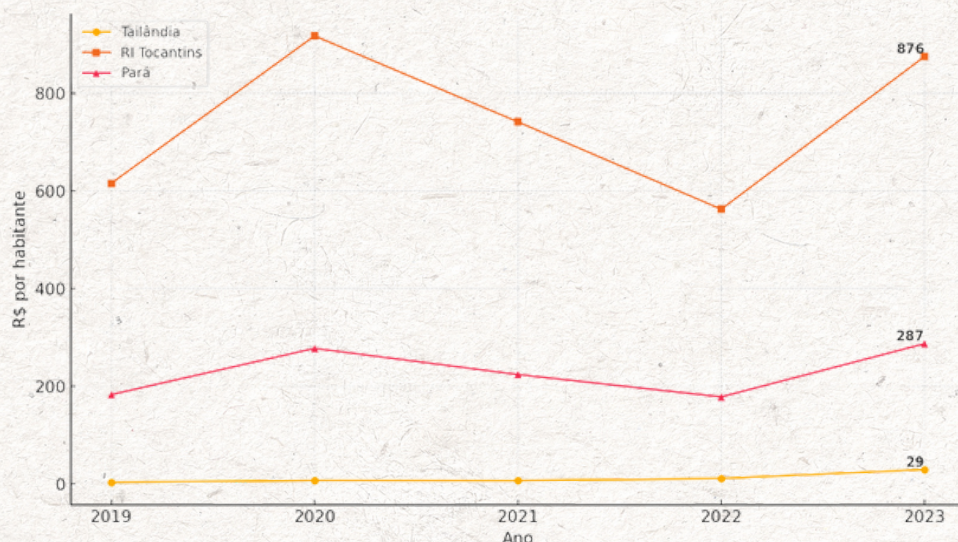
notáveis em 2020 e 2023. A oscilação no período — queda em 2021 e 2022 seguida de forte retomada — pode refletir ciclos de financiamento, execução de grandes projetos ou alterações nos critérios de classificação orçamentária. O patamar elevado de gasto indica prioridade regional na conservação hídrica, possivelmente devido à relevância de bacias hidrográficas ou à vulnerabilidade ambiental da região (Gráfico 25).

No Estado do Pará, os gastos também foram expressivos em termos relativos, partindo de R\$ 184 em 2019 e alcançando R\$ 287 em 2023. Houve um crescimento moderado até 2020, uma leve queda nos dois anos seguintes, e novo avanço em 2023. O padrão sugere certa regularidade nos investimentos estaduais com foco na preservação de rios, igarapés e ecossistemas aquáticos. Ainda assim, a amplitude territorial do estado e os desafios



do bioma amazônico exigiriam valores ainda mais elevados e consistentes para garantir impacto duradouro (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 29/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.

Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Em Tailândia, o percentual da área de floresta em relação ao total do território apresentou uma tendência de queda entre 2019 e 2021, passando de 48,4% para 45,3%. Esse declínio indica uma perda contínua de cobertura vegetal nativa, provavelmente impulsionada por pressões como expansão agropecuária, atividades madeireiras e ocupações desordenadas. Em 2022, houve uma leve recuperação (46,1%), seguida de nova queda para 45,3% em 2023, demonstrando dificuldade na reversão consistente desse quadro (Gráfico 26).

Na Região de Integração Tocantins, os níveis já eram mais baixos que os de Tailândia, iniciando com 42,6% em 2019 e caindo para um mí-

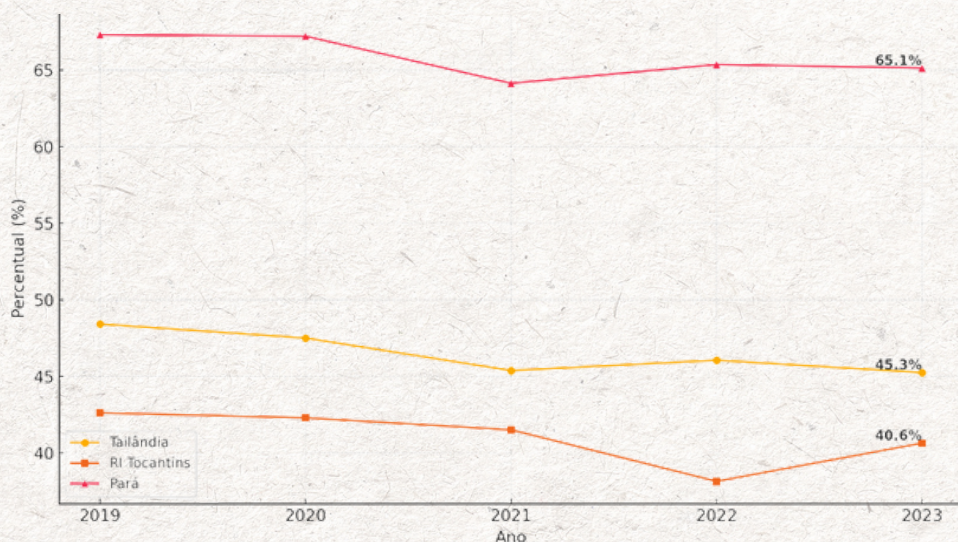
nimo de 38,2% em 2022. Em 2023, verificou-se leve recuperação para 40,6%. A trajetória demonstra uma tendência acentuada de degradação florestal regional, o que pode estar relacionado à pressão da cadeia produtiva sobre áreas naturais, inclusive em



municípios menores sem infraestrutura de fiscalização e controle ambiental efetivo (Gráfico 26).

O estado do Pará, apesar de manter os níveis mais altos de cobertura florestal proporcional (em torno de 67% no início do período), também registrou uma leve retração, passando para 65,1% em 2023. Apesar da pequena variação, o dado indica uma perda de floresta em escala significativa, considerando a vasta extensão territorial do estado. A relativa estabilidade após 2021 pode refletir os efeitos de políticas estaduais de controle do desmatamento, ainda que insuficientes para reverter a perda acumulada de vegetação nativa (Gráfico 26).

Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 45,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Percentual da Área Desmatada em relação à área total

Tailândia apresentou uma tendência crescente de área desmatada no período de 2019 a 2023, saindo de 52,1% e atingindo 54,7% em 2023. Esse aumento contínuo é preocupante, pois evidencia a conversão sistemática de cobertura vegetal para outros usos da terra, geralmente atividades econômicas intensivas como pecuária extensiva e agricultura mecanizada. O elevado percentual desmatado – superior à metade do território municipal – representa risco à biodiversidade, ao clima local e à segurança hídrica da região (Gráfico 27).

Na RI Tocantins, o indicador manteve-se relativamente estável até 2021, com valores em torno de 44,3%, mas sofreu

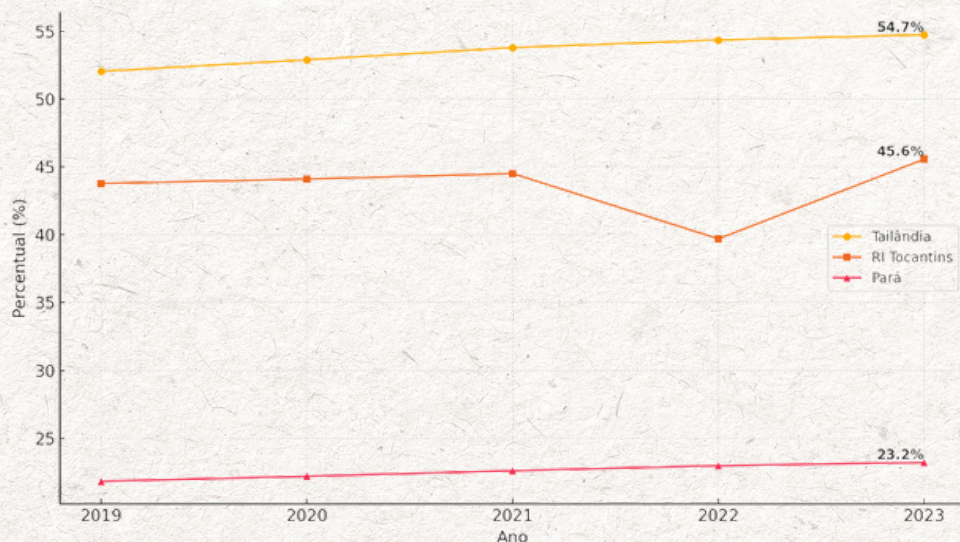
uma queda pontual em 2022 (39,8%), recuperando-se para 45,6% em 2023. Essa oscilação pode estar relacionada a variações no ritmo de atividades econômicas e de fiscalização ambiental no período, como reflexo de políticas públicas mais ou menos atuantes. O patamar atual indica que quase metade da área regional já foi desmatada, o que impõe limites à sustentabilidade ecológica e produtiva (Gráfico 27).

O estado do Pará manteve os menores percentuais entre os três recortes, variando de 21,5% em 2019 para 23,2% em 2023. Apesar do aumento ser menos pronunciado, ele revela que o desmatamento continua avançando mesmo em nível

estadual, ainda que em velocidade menor. A ampliação da área desmatada deve ser analisada à luz do crescimento de atividades econômicas legais e ilegais nas regiões de fronteira agrícola, reforçando a importância de integrar esforços de preservação com alternativas econômicas sustentáveis para os territórios florestais (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 54,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

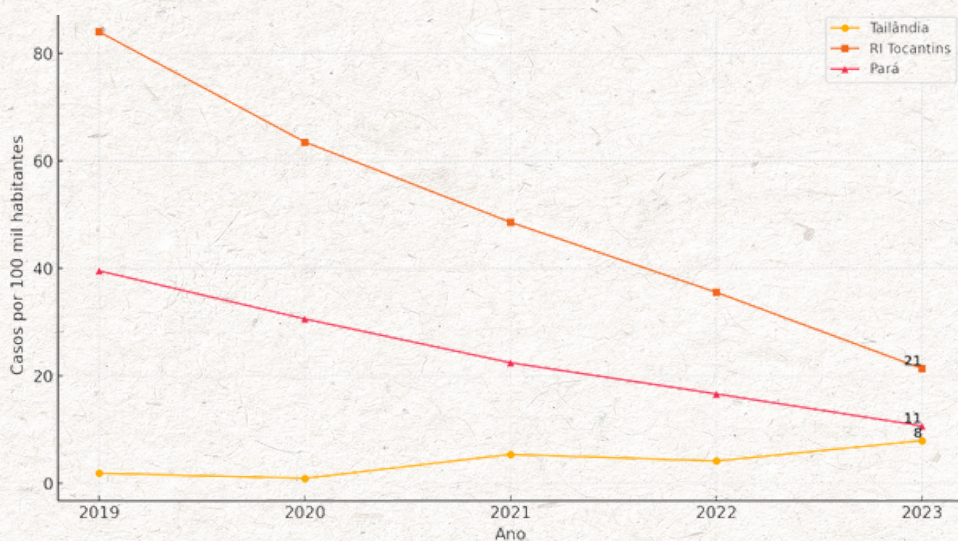
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

O município de Tailândia apresentou uma oscilação no indicador de trabalho infantil entre 2019 e 2023, partindo de 2,1 casos por 100 mil habitantes em 2019, caindo levemente em 2020, e subindo gradualmente até atingir 8 casos em 2023. Embora os números absolutos permaneçam baixos, o crescimento recente contrasta com a tendência de queda observada em outras regiões, o que pode indicar fragilidades na fiscalização ou ausência de políticas públicas mais efetivas voltadas à proteção da infância e juventude no território municipal (Gráfico 28).

Na Região de Integração Tocantins, a trajetória foi de queda acentuada. O índice partiu de 84,4 casos por 100 mil habitantes em 2019 e reduziu-se para apenas 21,4 em 2023. Essa redução constante ao longo dos anos sinaliza avanços consistentes em termos de combate ao trabalho infantil, que podem ter sido impulsionados por programas sociais regionais, melhoria da renda familiar e aumento da escolarização. Ainda assim, o patamar final ainda é consideravelmente superior ao de Tailândia (Gráfico 28).

O estado do Pará também acompanhou a tendência de queda da RI, embora em menor intensidade. O indicador caiu de 40 casos em 2019 para 11 em 2023. Esse progresso pode estar associado à ampliação de políticas públicas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), campanhas de conscientização e ações interinstitucionais com conselhos tutelares e escolas (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

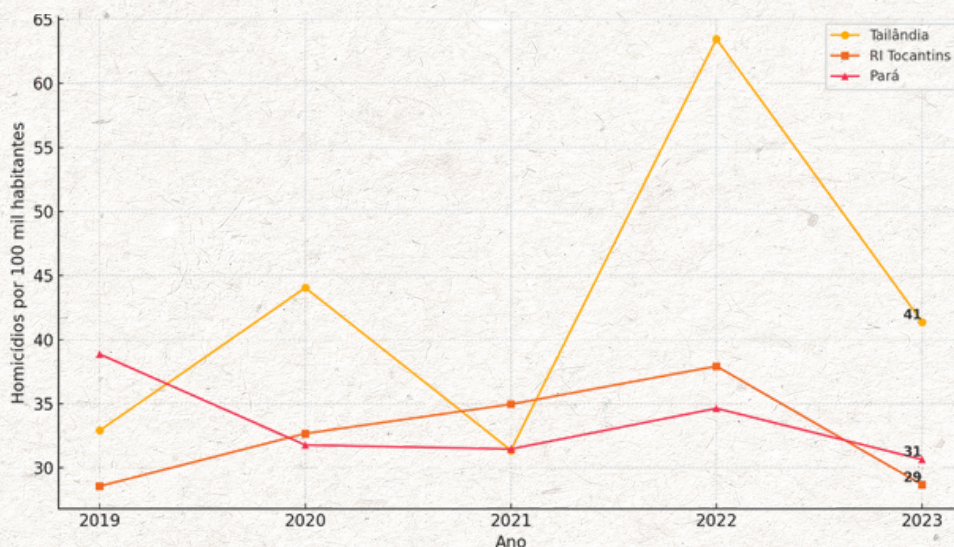
Em Tailândia, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes apresentou forte oscilação entre 2019 e 2023. O índice subiu de 33,2 em 2019 para 44,3 em 2020, caiu para 31,6 em 2021 e disparou para 63,8 em 2022 — o maior valor do período — antes de recuar para 41 em 2023. Essa variação indica episódios pontuais de aumento da violência letal, possivelmente relacionados a conflitos territoriais, tráfico de drogas ou ausência de políticas de segurança consistentes. Embora o recuo em 2023 seja positivo, o patamar ainda é elevado e exi-

ge monitoramento contínuo (Gráfico 29).

Na Região de Integração Tocantins, a evolução foi mais estável e gradual, partindo de 28,4 em 2019 e alcançando 38,1 em 2022, antes de cair para 28,7 em 2023. O padrão sugere uma leve piora da violência até 2022, com posterior alívio no último ano. A tendência de estabilidade, apesar dos altos índices, pode indicar a existência de políticas regionais parcialmente eficazes, mas ainda insuficientes para redução sustentada da criminalidade violenta (Gráfico 29).

No estado do Pará, a taxa partiu de 38,8 em 2019 e oscilou pouco ao longo do tempo, encerrando 2023 com 29 homicídios por 100 mil habitantes. A redução ao longo do período, ainda que não linear, representa um avanço importante diante do histórico crítico da violência no estado. A queda pode refletir melhorias em políticas estaduais de segurança pública, integração de dados e repressão qualificada, embora o índice continue acima da média nacional ideal (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



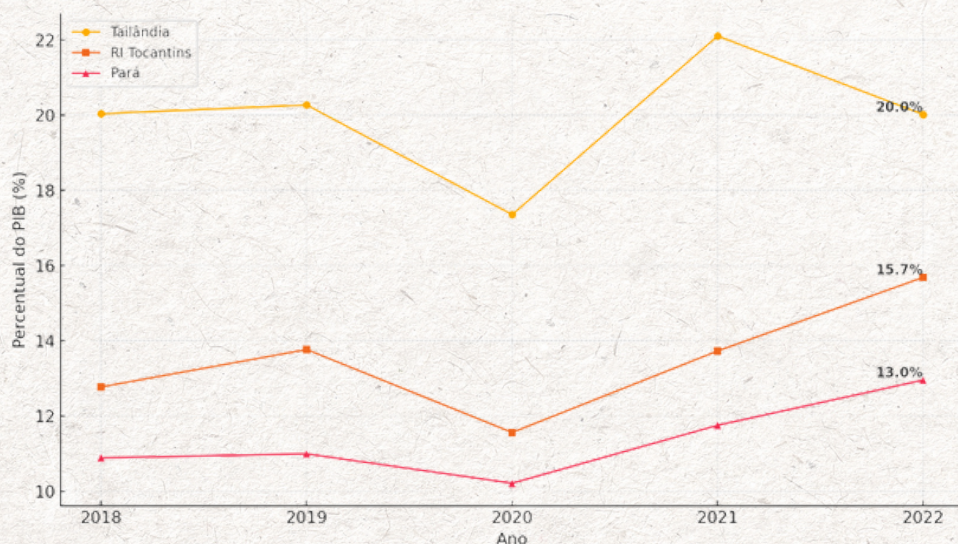
Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

O comportamento do indicador “Gasto Público Municipal como Percentual do PIB” no município de Tailândia entre 2018 e 2022 mostra variações significativas, refletindo oscilações no volume de investimentos e despesas em relação à atividade econômica local. Em 2018 e 2019, o gasto manteve-se estável em torno de 20%, mas caiu para 17,4% em 2020 – possivelmente refletindo retrações econômicas ou ajustes fiscais no contexto da pandemia. Em 2021, houve um forte aumento para 22%, seguido por uma leve retração em 2022, retornando ao patamar de 20%. Isso sugere um esforço de recuperação e expansão dos gastos públicos pós-crise (Gráfico 30).

Na Região de Integração Tocantins, o percentual foi consistentemente inferior ao de Tailândia, embora também tenha apresentado oscilações. Após subir de 12,8% em 2018 para 13,7% em 2019, houve uma queda em 2020 para 11,6%, compatível com o contexto de retração econômica enfrentado em nível nacional. Nos anos seguintes, a região retomou a trajetória de crescimento nos gastos públicos, atingindo 15,7% em 2022. Isso pode indicar uma política regional de estímulo à atividade pública para compensar fragilidades econômicas e garantir a manutenção de serviços essenciais (Gráfico 30).

No estado do Pará, o indicador apresentou os menores percentuais entre os três recortes analisados, com um crescimento moderado ao longo dos anos. Partindo de 10,9% em 2018, o gasto como percentual do PIB oscilou levemente, atingindo seu ponto mais baixo em 2020 (10,2%), e crescendo para 13% em 2022. A evolução estadual demonstra um aumento progressivo do peso dos gastos municipais no conjunto da economia, possivelmente atrelado à ampliação da oferta de serviços públicos, repasses intergovernamentais e programas de retomada econômica no período pós-pandêmico (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Tailândia x RI Tocantins x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 20%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Entre 2019 e 2023, o município de Tailândia apresentou uma evolução expressiva na taxa de acesso à banda larga fixa, partindo de apenas 0,6 pontos por 100 habitantes em 2019 para 12 pontos em 2023. Esse crescimento acelerado se intensificou principalmente a partir de 2021, refletindo uma possível expansão da infraestrutura de telecomunicações e o aumento da demanda por conectividade, impulsionada por fatores como a pandemia da COVID-19 e a necessidade de acesso remoto a serviços públicos, educação e trabalho (Gráfico 31).

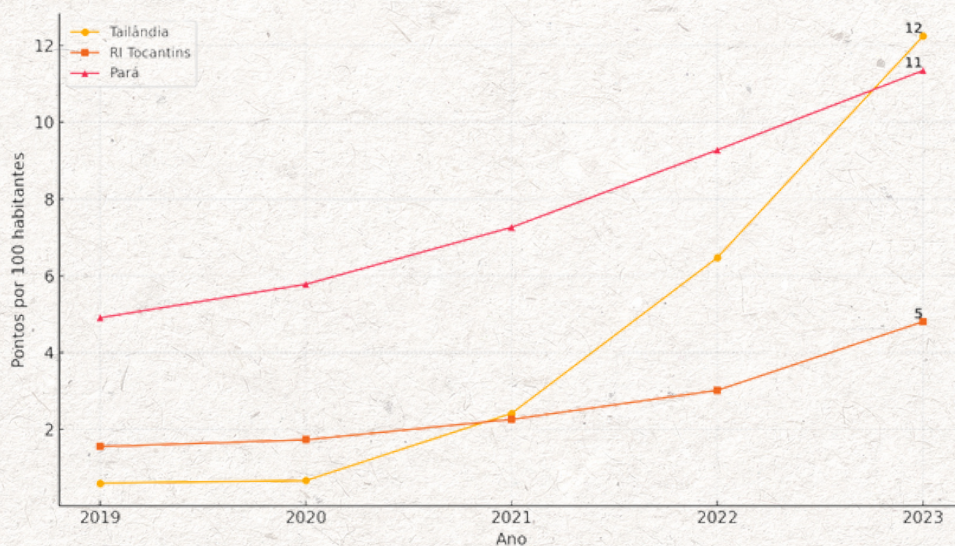
Na Região de Integração Tocantins, embora a trajetória

também tenha sido de crescimento, o avanço foi mais modesto. O indicador passou de 1,6 para 5 pontos por 100 habitantes no período analisado. A evolução gradativa sugere investimentos contínuos, porém menos intensivos, ou obstáculos estruturais relacionados à cobertura, renda das famílias e atratividade do mercado para provedores privados. Ainda que positiva, a taxa final ainda representa um acesso limitado se comparado ao ritmo de crescimento observado no município de Tailândia (Gráfico 31).

No estado do Pará, o indicador também apresentou crescimento constante e sólido, sa-

indo de 4,9 em 2019 para 11 em 2023. A progressão estadual revela esforços mais amplos de expansão da conectividade, que podem envolver políticas públicas voltadas à inclusão digital, parcerias com operadoras e investimentos em infraestrutura regional. Ao final do período, observa-se que Tailândia ultrapassou a média estadual, evidenciando um avanço localizado relevante que pode contribuir para reduzir desigualdades digitais, desde que acompanhado por medidas de inclusão efetiva e capacitação da população (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Tailândia x RI Tocantins x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

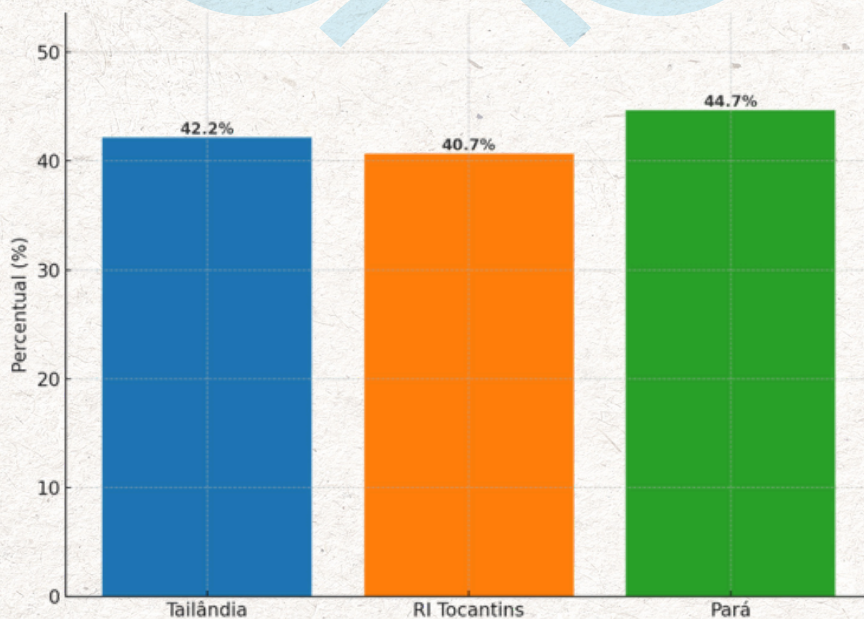
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 12 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 — e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA — foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Tailândia** registrou um IDS de **42,2%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Tailândia x RI Tocantins x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais**. In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades**. Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.

Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposta por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descortina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregada e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcadores de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23.2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.

Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletivos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetadas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisetorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Tailândia na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Tailândia e Tailândia na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abarcar novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes dos modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas.

Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

